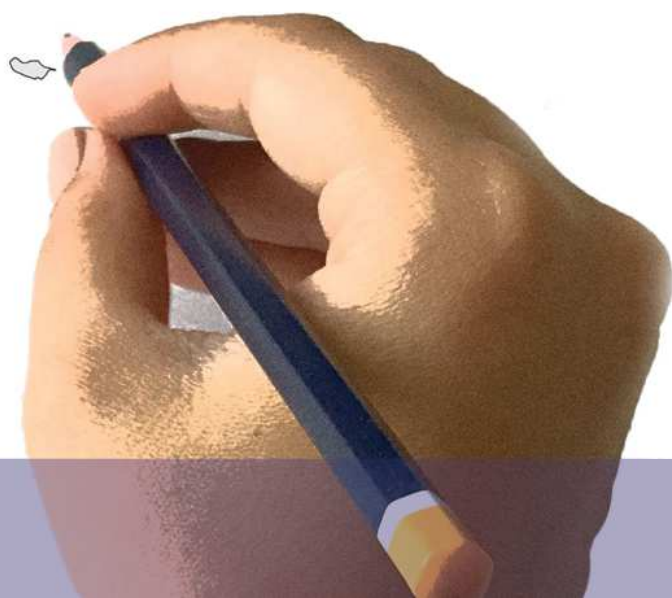


EUROPA EDUCAÇÃO CIDADANIA



LILIANA RODRIGUES
NUNO FRAGA
(org.)

LILIANA RODRIGUES
NUNO FRAGA
(ORG.)

“Europa, Educação, Cidadania”

1ª Edição - 2018

Título

Europa, Educação, Cidadania

Organizadores

Liliana Rodrigues & Nuno Fraga

Edição

Centro de Investigação em Educação – CIE-UMa
Universidade da Madeira
Campus da Penteadá, 9020-105 Funchal

Design Gráfico

Énio Freitas

Impressão e Acabamento

Oficinas de São Miguel
Outeiro de São Miguel, 6300-035 Guarda

Tiragem

150 Exemplares

ISBN

978-989-54390-0-3

Depósito Legal

www.uma.pt/cie-uma

© CIE-UMa 2018



Projeto UID/CED/04083/2019



FDCTI-RAM – CIE-UMa

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA EUROPEIA

Hélder Spínola

Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira, Campus da Penteada, 9020-105 Funchal. E-mail: hspinola@uma.pt

RESUMO

A Educação Ambiental, formal, informal e não formal, está presente em todos os Estados Membros da União Europeia, sendo esta uma das muitas marcas que resultam do processo de integração no espaço Comunitário e que tem moldado a cidadania Europeia. Face aos desafios ambientais globais que se têm evidenciado nas últimas décadas, de que são exemplo as alterações climáticas e a degradação da qualidade ambiental, a União Europeia, perante a inação de colossos como os Estados Unidos e a China, tem procurado puxar, muitas vezes sozinha, a carroça da sustentabilidade. O percurso de promoção da literacia ambiental em cada Estado-Membro tem sido muito influenciado pela posição vanguardista da União Europeia, beneficiando dos esforços de convergência e das diretrizes e recursos disponibilizados pela própria Comunidade. Num momento em que a ameaça de fragmentação se opõe a um esforço de décadas para a convergência, torna-se evidente que as políticas ambientais da União Europeia constituem um pilar fundamental da cidadania europeia, aproximando e sintonizando os povos europeus.

INTRODUÇÃO

Com a globalização dos desequilíbrios ambientais, a humanidade está hoje perante o maior desafio da sua existência. Os níveis de exploração de recursos naturais e de produção de poluição ultrapassou largamente, e há muito tempo, a capacidade da Terra. As sociedades humanas vivem e percorrem um caminho de insustentabilidade, respondendo às necessidades das gerações atuais através de modelos que põem em causa a possibilidade de, no futuro, essas mesmas necessidades continuarem a ter resposta (Wackernagel e William, 1996; WWF, 2008). Apesar de, ano após ano, os indicadores revelarem o agravar dos desequilíbrios ambientais e o aumento da insustentabilidade, já há largas décadas, em inúmeros países, está em desenvolvimento uma tentativa de adequação das sociedades a este desafio.

Não descurando a importância das soluções tecnológicas, será sempre através da preparação, envolvimento e participação da sociedade que a sustentabilidade poderá ser alcançada de forma integral. Neste contexto, restam poucas dúvidas de que esse caminho se faz com recursos a ferramentas educativas, com particular

destaque para o papel da Educação Ambiental, apostando na transformação da própria sociedade e na melhoria dos seus níveis de literacia ambiental (Blumstein e Saylan, 2007; UNESCO, 1980).

A literacia ambiental é já há algum tempo o principal objetivo da educação ambiental, além de ser um importante pré-requisito para manter e melhorar a qualidade ambiental (Disinger e Roth, 1992). Há mais de 20 anos, Disinger e Roth (1992) sugeriram que a literacia ambiental seria essencialmente a capacidade para compreender e interpretar o equilíbrio relativo dos sistemas ambientais e para adotar as ações apropriadas para manter, restaurar ou melhorar a saúde desses mesmos sistemas. Atualmente é de entendimento comum que a literacia ambiental deve incluir conhecimento e compreensão de conceitos, problemas e questões ambientais, disposições afetivas e cognitivas, e um conjunto de competências e habilidades cognitivas, juntamente com as estratégias comportamentais adequadas para pôr em prática esses conhecimentos na adoção de decisões relevantes numa gama alargada de contextos ambientais (Hollweg et. al., 2011). Como definição simplificada, a literacia ambiental pode ser entendida como o domínio de quatro componentes interrelacionados: conhecimento, disposições, competências e comportamentos amigos do ambiente (Hungerford e Volk, 1990; Hollweg et. al., 2011).

Talvez por ter iniciado as transformações sociais, económicas e tecnológicas que estão na origem da crise ambiental, a Europa é agora o epicentro das maiores preocupações e movimentações para a sua resolução. A própria história de construção da União Europeia está marcada por importantes objetivos de convergência em matéria de desempenho e qualidade ambiental, e nos próprios níveis de qualidade de vida dos europeus. Efetivamente, tendo em conta os objetivos da União Europeia em matéria de sustentabilidade (consubstanciados no artigo 3º ponto 3 do Tratado de Lisboa e reforçado no artigo 37º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 7 de dezembro de 2000), a qualidade ambiental é um aspeto essencial das políticas europeias. Se associarmos a isto o facto da cidadania europeia (instituída pelo Art. 9º do Tratado) resultar no exercício de um conjunto de direitos e deveres, nos quais se enquadram a proteção do ambiente e o direito à educação (art. 14º e 37º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia), é legítimo questionar se a educação ambiental (formal e não formal) tem conseguido sintonizar os europeus em torno da sustentabilidade, ajudando à criação de uma cidadania comum. Qual tem sido a influência dos direitos e deveres na área do ambiente, e da educação formal e não formal, na definição/formatação de uma cidadania europeia? As preocupações ambientais unem ou separam os povos europeus? Há, ou não, níveis de literacia ambiental suficientemente consolidados que distingam os povos europeus?

A Educação ambiental na união europeia

O Sistema Educativo dos Estados é muito anterior ao início da construção da Comunidade Europeia e está muito comprometido com o próprio Estado, mantendo-se fora da alçada das políticas europeias. No entanto, porque as políticas ambientais, ao contrário das educativas, são definidas ao nível europeu, a Educação Ambiental, também por ser de origem mais recente, tem sido fortemente determinada por influências comuns. A Educação Ambiental, ao contrário de outras áreas da educação onde os nacionalismos se exacerbam, é pouco afetada pela individualidade de cada país, e constrói um propósito comum ao qual todos os Estados Membros facilmente aderem, constituindo um novo ponto de partida para a concretização do objetivo de convergência e união (Trant, 1978). Desde os anos 1970's os países da então comunidade económica europeia, todos os nove na altura (Bélgica, França, Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido), e outros que só mais tarde aderiram à comunidade, como Portugal, por influência de várias conferências e seminários internacionais, iniciaram a integração da educação ambiental nos seus sistemas de ensino (Trant, 1978; Spínola, 2014). Assim, a Educação Ambiental surge primeiro individualmente em cada Estado Membro da União e caracteriza-se mais como um movimento do que como um novo tema no currículo escolar, assumindo o estudo do ambiente como uma ferramenta de integração do currículo no ensino básico, mas revelando enormes dificuldades em se manter nos restantes níveis de ensino devido à rigidez disciplinar (Trant, 1978).

Sendo a Educação Ambiental relativa a valores e escolhas, e estando por definir o propósito moral da escola, a sua integração nos sistemas de ensino iniciou também um processo de domesticação e mutilação que conduziu à sua deturpação (Trant, 1978). No entanto, a Educação Ambiental, ao longo do tempo, consegue ir sobrevivendo e progredindo, na sua dimensão mais genuína, nos contextos não formais e informais da sociedade e dos seus movimentos. Um importante instrumento das políticas ambientais europeias, com influência determinante na Educação Ambiental não formal e informal desenvolvida ao nível dos Estados Membros, foi uma série de, até hoje, 7 Programas de Ação para o Ambiente, cujo primeiro se iniciou em 1973 (ICT train, s.d.). Estes Programas, para além de definirem as políticas ambientais europeias, foram férteis na promoção de ações no domínio da educação ambiental. Além disso, a sua integração com outras políticas e programas de financiamento, juntamente com o incentivo às ações educativas e de divulgação de informação, a par dos instrumentos legais e de mercado adotados, foram determinantes na promoção de alterações de comportamento e da sustentabilidade. Por outro lado, revelando a penetração das políticas europeias na área da educação ambiental, em 1988 os Ministros da Educação reunidos no seio do Conselho das Comunidades Europeias adotam uma

resolução sobre a educação relativa ao ambiente (Resolução 88/C 177/03 de 24 de maio), na qual procuram orientar a Comunidade para uma Educação Ambiental capaz de promover nos europeus a informação, sensibilização e comportamentos ambientais. Nesse sentido, a Resolução recomenda o desenvolvimento da educação ambiental de modo a fomentar a correspondência entre os diferentes sistemas educativos, considera necessário o envolvimento de todos os níveis de ensino e acorda a sua intensificação e partilha de experiências em toda a Comunidade. Outro exemplo das orientações comunitárias é uma Resolução do Parlamento Europeu que, em 1993, recomenda a inclusão da educação ambiental em todos os aspetos e níveis da educação, na educação contínua de adultos e como responsabilidade de autoridades locais e regionais (Hesselink e Van Kempen, 1999). Também em 1998, através da decisão nº2179/98/EC de 24 de setembro do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, aquando da revisão do programa de políticas e ações relativas ao ambiente e desenvolvimento sustentável, denominado 'Towards Sustainability', a educação é assumida como crucial no estímulo da sensibilidade ambiental e na promoção de mudanças comportamentais em toda a sociedade. Nesta decisão a Comunidade assume o compromisso de aumentar os seus esforços para tornar os cidadãos europeus mais sensibilizados e informados sobre as questões do desenvolvimento sustentável, e assume como objetivos prioritários a promoção da integração do conceito de desenvolvimento sustentável na comunidade educativa e nos programas de formação, assim como o encorajamento da educação ambiental a vários níveis de modo a contribuir, entre outros, para uma mudança comportamental que suporte padrões de desenvolvimento mais sustentáveis.

Após meio século de desenvolvimento, e não obstante os esforços europeus, a educação ambiental, apesar de presente em todos os sistemas de ensino básico da União Europeia, desenvolve-se de forma não uniforme, assumindo 3 principais modelos: como tema disciplinar próprio; incluída em temas específicos do curriculum; e através de abordagem interdisciplinar de temas do curriculum (Stokes et. al., 2001). Por outro lado, a educação ambiental inserida no ensino formal dos Estados Membros da União Europeia (UE) tende a perder-se após o ensino básico, particularmente para os alunos que não seguem o ramo da Ciências, e muitas vezes é desenvolvida de forma desadequada à necessidade de promover a literacia ambiental. Desta forma, espartilhada a educação ambiental formal pelos sistemas de ensino, a promoção da literacia ambiental ganha importância através da educação informal e não formal que perpassa a sociedade, esta sem dúvida muito influenciada pelas políticas europeias na área do ambiente (indelével na legislação e financiamento) (Spínola, 2016). Assim, neste contexto, acredita-se que a educação ambiental não formal e informal, na sociedade e pela sociedade, tem sido essencial na definição dos níveis de literacia ambiental encontrados na Europa.

O padrão europeu de literacia ambiental

Ao contrário das reticências frequentes relativas aos desafios da sustentabilidade, e em questões centrais como as alterações climáticas, em governos e populações de potências mundiais, como os Estados Unidos da América ou a República Popular da China, a Europa tem, desde os primeiros momentos, demonstrado posições de vanguarda nas mais diversas questões ambientais. A atitude pioneira da Europa relativamente ao ambiente tem-se traduzido não só ao nível das políticas e medidas desenvolvidas pelos governos dos Estados Europeus, e dos próprios organismos europeus, como também é perfeitamente visível nas preocupações dos cidadãos e das sociedades europeias. Apesar das diferenças nos modelos educativos implementados nos Estados-Membros, e talvez porque os níveis de literacia ambiental sejam determinados mais pelas influências não formais e informais da educação ambiental, há indícios da existência de um padrão convergente no que diz respeito às preocupações ambientais nas sociedades europeias.

Na ausência de elementos sistemáticos e uniformes para determinar os níveis de literacia ambiental nos vários Estados-Membros da União Europeia, e considerando em particular aspetos essenciais como o conhecimento, a atitude e o comportamento, é possível constatar em alguns indicadores disponíveis a existência de um padrão europeu comum de literacia ambiental. Considerando dados disponibilizados pelo Eurobarómetro (Special Eurobarometer 416, 2014), é evidente a existência de alguma convergência, apesar da amplitude, no sentimento de estar bem informado sobre as questões ambientais, com uma média de 62% dos europeus a considerarem-se bem informados, mas variando entre 48%, para a República Checa, e 83% para a Finlândia. Embora estes dados não constituam uma avaliação do próprio conhecimento, é um indicador que revela que, nesta componente da literacia ambiental, apesar da convergência referida, poderão existir algumas realidades dispares ao longo da UE.

Na componente atitudinal face ao ambiente, os dados do Eurobarómetro são abundantes na confirmação de uma elevada convergência entre os povos europeus. Em média, 95% dos europeus entende que a proteção ambiental é importante para si próprios, variando muito pouco os resultados, apenas entre 91%, na Roménia, e 100%, na Suécia. Também sobre o efeito direto das questões ambientais nas suas vidas os europeus revelam elevados níveis de concordância (77%), variando entre 56% na Dinamarca e 95% em Chipre. Relativamente aos problemas ambientais que mais preocupam os europeus, há consistência nos vários Estados-Membros na seleção da poluição do ar, poluição da água e produção de lixo como os mais graves. Em média, 56% dos europeus incluem a poluição do ar nos 5 problemas ambientais que consideram mais preocupantes (variando entre 47% na Irlanda e 68% na Hungria), 50% incluem a poluição da água (37% na Polónia

e 67% na Finlândia), e 43% incluem a produção de lixo (30% em Espanha e 61% na República Checa). Há também uma posição consistente na Europa contra o uso de herbicidas, como o Glifosato, e o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados, em ambos com elevados níveis de recusa destas tecnologias consideradas lesivas para o ambiente e saúde pública. Uma sondagem online desenvolvida pela INSA-Consulere, envolvendo 5 Estados-Membros (Alemanha, França, Itália, Grécia e Portugal), revela que entre 77%, em Portugal, e 84%, em Itália, opõem-se ao uso dos herbicidas à base de glifosato (Roy, 2017). O eurobarómetro especial sobre biotecnologia, desenvolvido em 2010 (Special Eurobarometer 73.1. (2010)), mostra que a concordância com o cultivo de organismos geneticamente modificados está sempre abaixo dos 38%, e na grande maioria dos Estados-Membros abaixo dos 30%.

Ao nível dos comportamentos amigos do ambiente, e apesar da elevada concordância e consistência entre os europeus sobre o papel ativo que cada um pode ter na proteção ambiental (média de 85% de concordância, variando entre 73% na República Checa e 96% em Malta), os dados do Eurobarómetro (Special Eurobarometer 416, 2014) dizem-nos que haverá sem dúvida duas, senão três, Europas. Por exemplo, apesar de, em média, 72% dos europeus separar a maior parte do lixo para reciclagem, há realidades muito distintas entre os vários Estados-Membros da UE, variando entre os baixíssimos 23% na Bélgica e os quase unânimes 92% na Eslovénia. Apesar dos níveis elevados de separação para reciclagem, quando se fala em comportamentos para a redução da produção de resíduos a realidade é outra, em média apenas 33% dos europeus exerce esse esforço, com os belgas na pior posição (15%) e os dinamarqueses na melhor (52%). Na poupança de energia a média europeia é de 52%, também com grandes disparidades, desde 23% na Estónia até 65% em Malta. A poupança de água é uma preocupação de, em média, apenas 37% dos europeus, sendo os estónios os que poupam menos (18%) e os portugueses os que revelam um maior cuidado neste comportamento (63%). Ao nível da mobilidade, 35% dos europeus, em média, faz opções para que seja mais sustentável, 19% em Itália e 60% na Suécia, e apenas 20% dos cidadãos dos Estados-Membros da UE tem vindo a utilizar menos o automóvel, Polónia 9% e Holanda 33%. Como consumidores, os europeus também não revelam desempenhos uniformes nem exigentes em torno da sustentabilidade. Efetivamente, os dados do Eurobarómetro dizem-nos que apenas 35% dos europeus optam por produtos locais (14% na Polónia e 61% na Áustria) e 21% por produtos com certificação ambiental (9% em Portugal e 60% na Suécia).

CONCLUSÃO

Ao contrário de outras áreas da educação, em que os Estados-Membros da UE sempre se resguardaram de influências exteriores, na Educação Ambiental a

integração europeia foi determinante. Apesar dos diferentes sistemas e modelos educativos em vigor em cada Estado-Membro, mesmo ao nível da Educação Ambiental formal, as políticas europeias na área do ambiente, essencialmente consubstanciadas pela legislação europeia e programas de financiamento, constituíram um motor poderoso na definição dos níveis de literacia ambiental dos europeus. Efetivamente, a educação ambiental, em particular a não formal e informal, extracurricular, traduzida pela ascendência da sociedade e da sua ação e, portanto, fortemente influenciada pelas determinações europeias ao longo do último meio século, definiu um perfil de cidadão europeu no que às preocupações ambientais diz respeito, contribuindo, como poucas outras áreas, para unir os povos europeus. Embora esta cidadania comum na área ambiental seja mais visível ao nível dos conhecimentos e atitudes, também nos comportamentos amigos do ambiente há uma força comum que procura impulsionar no sentido de um melhor desempenho, embora neste aspeto nem todos os Estados-Membros estejam próximos do pelotão da frente desta urgente corrida.

Embora a UE viva, presentemente, alguns sinais de desagregação e de retorno aos nacionalismos, os indicadores dos níveis de literacia ambiental indicam que as questões ambientais são, e podem sê-lo ainda mais, um eixo de união entre os povos europeus. Assim, a educação ambiental, também a formal mas mais a não formal e informal, tem ajudado a construir uma identidade comum na Europa e um perfil de cidadão europeu, perfil este marcado por uma elevada preocupação face às questões ambientais. Uma maior aposta na educação ambiental ao longo da Europa será essencial para atender aos enormes desafios da sustentabilidade e será, com muita certeza, um contributo, como poucas outras áreas poderão dar, para unir os povos europeus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Blumstein D.T. & Saylan C. (2007). The Failure of Environmental Education (and How We Can Fix It). *PLoS Biol* 5(5): e120. doi:10.1371/journal.pbio.0050120
- Disinger, J.F. & Roth, C.E. (1992). Environmental Education research news. *The Environmentalist*, 12: 165-168.
- Hesselink, F., Van Kempen, P. P. 1999. Background paper for the European Union Conference on EE&T in Europe Brussels 3 - 4 May 1999 http://www.vankempenconsultancy.com/html/resources/6D/6DD8C46E-3DE7-447F-BEA9-3074AF03DF56/EU_BG_Paper.pdf. Acedido a 24.11.2017.
- Hollweg, K. S., Taylor, J. R., Bybee, R. W., Marcinkowski, T. J., McBeth, W. C., & Zoido, P. (2011). Developing a framework for assessing environmental literacy. Washington, DC: North American Association for Environmental Education.
- Hungerford, H.R. & Volk, T. (1990). Changing learner behavior through environmental education. *The Journal of Environmental Education*, 21 (3): 8-22.
- ICT train. (s.d.). History of the Environmental EU Legislation. Disponível em <http://www.hiz.hr/icttrain/en/trainings/01/01.html>. Acedido a 26.11.2017.

Roy, P. (2017). New Poll: Overwhelming Majority of Citizens in Germany, France, Italy, Portugal and Greece Want Immediate Ban of Glyphosate. SUMOfUs. Disponível em <https://www.sumofus.org/media/new-poll-overwhelming-majority-of-citizens-in-germany-france-italy-portugal-and-greece-want-immediate-ban-of-glyphosate>. Acedido a 30.11.2017.

Special Eurobarometer 416. (2014). "Attitudes of European citizens towards the environment". Survey conducted by TNS Opinion & Social at the request of the Directorate-General for Environment. Disponível em file:///C:/Users/user/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/KH0414161ENN.en.pdf. Acedido a 24.11.2017.

Special Eurobarometer 73.1. (2010). "Biotechnology". Survey conducted by TNS Opinion & Social on request of European Commission. Disponível em http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopin/archives/ebs/ebs_341_en.pdf. Acedido a 30.11.2017.

Spínola, H. (2016). Environmental Literacy in Madeira Island (Portugal): The Influence of Demographic Variables. *International Electronic Journal of Environmental Education*, 6(2): 92-107. Available in <http://hdl.handle.net/10400.13/1358>.

Stokes, E., Edge, A., West, A. (2001). Environmental Education in the Educational Systems of the European Union. Acedido em http://www.medies.net/_uploaded_files/ee_in_eu.pdf. Acedido a 24.11.2017.

Trant, A. (1978). Environmental education in the age group 9-14 years in the European Communities- An account of trends within the Member States, and within international organizations based in Europe. Environment and quality of life series. Published by the Commission of the European Communities. Luxembourg. Pp122.

UNESCO (1980). Environmental education in the light of Tbilisi conference. Paris, France: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Wackernagel, M. & William, R., (1996). Our ecological footprint. Gabriola Island, BC: New Society Publishers.

WWF (2008). Living Planet 2008 report. Switzerland: World Wildlife Fund.